



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL		
MOCOCA -		
PROTOCOLO		
Numero	Data	Rubrica
3.399	14/11/97	<i>[Signature]</i>

OF. Nº 3.304/97

MOCOCA, 11 de novembro de 1997.

DESPACHO

Para o Expediente da

Próxima Sessão

CM em 14/11/97

[Signature]
Presidente

Senhor Presidente:

Encaminhamos o Projeto de Lei para análise dessa Douta Câmara, nos termos do art. 39 da Lei Orgânica do Município, pelos motivos que se seguem:

Visa o presente Projeto em atribuir ao Departamento de Saúde competência para fornecer Atestados de Óbito.

Tal providência se faz necessária para atendimento dos óbitos ocorridos junto ao Pronto Socorro local, pois que além do constrangimento do falecimento, precisam os familiares esperar muito tempo para a regularização dos documentos que atestem o óbito, em total desconforto.

Portanto, merece o Projeto em apreço sua devida aprovação.

Reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

[Signature]

DR. WALTER DE SOUZA XAVIER
Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

APARECIDO ESPANHA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa

MOCOCA - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

APROVADO

PROJETO DE LEI Nº 123, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1997.

Em 10 Discussão por 11
Sessão de 11 de 1997

Atribui ao Departamento de Saúde competência para fornecer Atestados de Óbito em caso de morte não violenta.

CIDIL ESPANHA
Presidente

DESPACHO

A(s) Comissões

Sala das Comissões

CIDIL ESPANHA
PRESIDENTE

DR. WALTER DE SOUZA XAVIER, Prefeito Municipal de Mococa,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, aprovou em Sessão de e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica atribuído ao Departamento de Saúde do Município de Mococa, competência para fornecer Atestados no caso de óbitos que não tenham tido assistência médica, excetuados os casos de morte violenta.

Art. 2º - Aos médicos das Unidades de Saúde do Município e aos integrados a este em razão do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde compete atestar óbitos que não tenham tido assistência médica, esclarecendo quando não encontrarem elementos concretos que permitem assinalar a causa do óbito que o mesmo ocorreu sem assistência médica e a causa é mal definida.

Parágrafo único - Havendo indícios de morte violenta a determinação da realidade da morte bem como sua causa é da competência da Secretaria de Segurança Pública, devendo ser notificada, de imediato, a Autoridade Policial.

Art. 3º - A presente Lei será regulamentada por Decreto, no prazo de 15 dias contados de sua vigência.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 11 DE NOVEMBRO DE 1997.

APROVADO

Em 10 Discussão por 11
Sessão de 11 de 1997

CIDIL ESPANHA
Presidente

DR. WALTER DE SOUZA XAVIER
Prefeito Municipal

Recebimento para estudo o parecer em 19/11/1997
 com o prazo de 6 dias
 vencível em 24/11/1997
 Sala das Comissões Permanentes
 da Câmara Municipal de Mossoró.
 Presidente
 Comissão de Justiça

Designo Relatar à Presidência o Vereador
 Maria Rêta
 com prazo de 3 dias
 vencível em 22/11/97
 Sala das Comissões
 Presidente

Recebimento para estudo o parecer em 19/6/1997
 com o prazo de 6 dias
 vencível em 24/11/1997
 Sala das Comissões Permanentes
 da Câmara Municipal de Mossoró.
 Presidente
 Comissão de Finanças

Designo Relatar à Presidência o Vereador
 Italo Mazzuro Jr.
 com prazo de 3 dias
 vencível em 22/11/97
 Sala das Comissões
 Presidente

Recebimento para estudo o parecer em 19/6/1997
 com o prazo de 6 dias
 vencível em 24/11/1997
 Sala das Comissões Permanentes
 da Câmara Municipal de Mossoró.
 Presidente
 Comissão de Educação

Designo Relatar à Presidência o Vereador
 José Francisco Debeer
 com prazo de 3 dias
 vencível em 22/11/97
 Sala das Comissões
 Presidente



Câmara Municipal de Mococa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REFERÊNCIA: - PROJETO DE LEI Nº.123/97

INTERESSADO: - PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA

RELATOR: - MARCIA ROTTA

ASSUNTO: - Atribui ao Departamento de Saúde competência para fornecer Atestado de Óbito em caso de - morte não violenta.

Como relator da matéria acima epigrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos da mesma, a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto constitucional, legal e Regimental, e estando meritóriamente embasada, resolvo acolhê-la da forma como está redigida, exarando parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação.

Este é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 18 de Novembro de 1.997

Relator

Marcia Rotta

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões, 19 de Novembro de 1997

Ronaldo Corraini

Norberto Garib



Câmara Municipal de Mococa

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

REFERÊNCIA :- PROJETO DE LEI Nº.123/97
INTERESSADO :- PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA
RELATOR :- ITALO Maziero JUNIOR
ASSUNTO :- Atribui ao Departamento de Saúde competência para fornecer Atestado de Óbito em caso de morte não violenta

Como Relator da matéria acima epígrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos detalhados quanto ao aspecto financeiro, nada impede seu acolhimento, o que nos leva a exarar parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação, respeitando a forma como está a mesma redigida.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

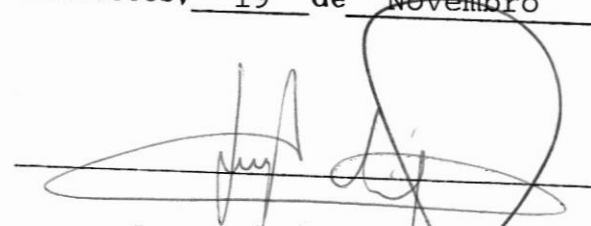
Sala das Comissões, 18 de Novembro de 1.997.



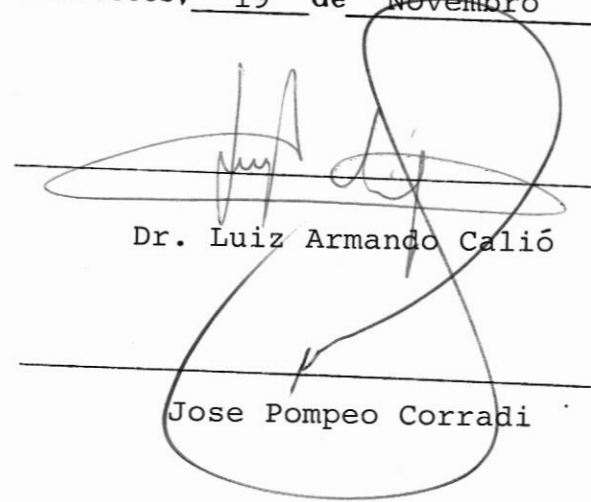
Relator
Italo Maziero

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões, 19 de Novembro de 1.997.



Dr. Luiz Armando Calió



Jose Pompeo Corradi



Câmara Municipal de Mococa

COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO

REFERÊNCIA:- PROJETO DE LEI Nº.123/97

INTERESSADO:- PREFEITO MUNICIPAL DE MOCOCA

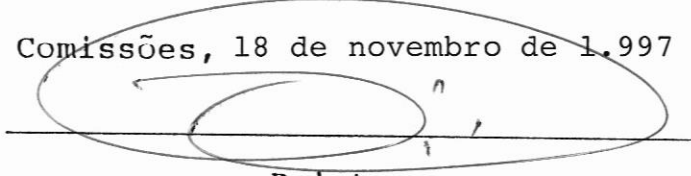
RELATOR:-

ASSUNTO:- Atribui ao Departamento de Saúde competencia para fornecer atestado de òbito em caso de morte não violenta.

Como Relator da matéria supra mencionada, e dentro das atribuições conferidas a esta Comissão, após estudos detalhados da propositura e tendo em vista seu objetivo, somos pelo seu pleno acolhimento, o que nos leva a exarar parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e respeitando seu texto original.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1.997


Relator

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1.997


maia



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo
|||

Mococa, 02 de Dezembro de 1.997.

Of. nº. 1.284/97-CM.

Senhor Prefeito,

Anexo ao presente, para as devidas providências, segue cópia do expediente aprovado por esta Casa, em Sessão realizada no dia 1º. de Dezembro último.

Autógrafo nº. 103/97 - Projeto de Lei nº. 102/97.

Autógrafo nº. 104/97 - Projeto de Lei nº. 106/97.

Autógrafo nº. 105/97 - Projeto de Lei nº. 107/97.

Autógrafo nº. 106/97 - Projeto de Lei nº. 111/97.
(aprovado com emenda)

Autógrafo nº. 107/97 - Projeto de Lei nº. 112/97.
(autoria do Vereador Cido Espanha)

Autógrafo nº. 108/97 - Projeto de Lei nº. 119/97.

Autógrafo nº. 109/97 - Projeto de Lei nº. 123/97.

Autógrafo nº. 110/97 - Projeto de Lei nº. 126/97.
(autoria do Vereador Norberto Garib)

Nesta oportunidade, apresentamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

DC

JOSÉ POMPEO CORRADI
1º. Secretário

Exmo. Sr.
Dr. Walter de Souza Xavier
DD. Prefeito Municipal
Mococa



Câmara Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº. 109 DE 1.997.
Projeto de Lei nº. 123/97.

Atribui ao Departamento de Saúde competência para fornecer Atestados de Óbito em caso de morte não violenta.

Art. 1º - Fica atribuído ao Departamento de Saúde do Município de Mococa, competência para fornecer Atestados no caso de óbitos que não tenham tido assistência médica, excetuados os casos de morte violenta.

Art. 2º - Aos médicos das Unidades de Saúde do Município e aos integrados a este em razão do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde compete atestar óbitos que não tenham tido assistência médica, esclarecendo quando não encontrarem elementos concretos que permitem assinalar a causa do óbito que o mesmo ocorreu sem assistência médica e a causa é mal definida.

Parágrafo único - Havendo indícios de morte violenta a determinação da realidade da morte bem como sua causa é da competência da Secretaria de Segurança Pública, devendo ser notificada, de imediato, a Autoridade Policial.

Art. 3º - A presente Lei será regulamentada por Decreto, no prazo de 15 dias contados de sua vigência.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, 02 DE DEZEMBRO DE 1.997.


CIDO ESPANHA
Presidente


JOSÉ POMPEO CORRADI
1º. Secretário


LUIZ BRAZ MARIANO
2º. Secretário